

## **DISCURSOS LIBERTÁRIOS: ENTRE A “INCLUSÃO” E “UM NOVO MUNDO POSSÍVEL”**

*Josias V. de Paula Jr.*

O atual contexto – metade de uma década que é o limiar de novo século e milênio – parece mais que apropriado a trazer de volta o debate clássico sobre a possibilidade de transformação radical de uma dada organização social. O século XX foi atravessado pela controvérsia entre os defensores do sistema capitalista – perfilados nas diversas modalidades de liberalismo – e aqueles que se opunham à ordem existente – ancorados, grosso modo, ou na social democracia ou nos vários matizes de socialismo.

Deve-se assinalar que durante parte considerável desse percurso, os agentes anticapitalistas foram embalados por um otimismo e uma crença na vitória final quase inquebrantáveis. Como sabemos, o discurso marxista continha em seu cerne uma interpretação da história teleológica e fatalista: o comunismo, a despeito de tudo e de todos, é o porto de chegada inarredável da humanidade. No entanto, esse otimismo foi paulatinamente solapado tanto por acontecimentos históricos objetivos, como pela reflexão operada ao longo do tempo. Algumas experiências destacaram-se nesse processo: os rumos tomados pela revolução soviética em direção a um totalitarismo de Estado; o “aburguesamento” da classe operária e conseqüente abandono da via revolucionária nos países que adotaram medidas e instituições social democratas; a força do capitalismo, reiteradamente demonstrada, de jamais se deixar acometer por uma crise apocalíptica, a qual o levaria a uma queda incontornável.

Já desde a década de 60 do século passado se detecta com muita facilidade a mudança de humores por parte dos intelectuais comprometidas com a crítica à sociedade contemporânea e a transformação social. Textos significativos do período são exemplos cabais da ação desses acontecimentos na mentalidade dos movimentos contestatórios. Herbert Marcuse (1973) chega a conclusões muito pessimistas sobre as possibilidades de transformação social na era da “sociedade industrial” avançada. Segundo ele, tal sociedade estaria a anular toda e qualquer possibilidade de crítica e negatividade. O resultado seria uma sociedade – e um homem – unidimensional. Por outro lado, Cornelius Castoriadis, em um livro de 1975 (Castoriadis, 1982), faz uma crítica devastadora do conjunto das idéias marxistas e afirma a impossibilidade de permanência de uma postura revolucionária sob os auspícios desse ideário.

Lembremos que o pós-guerra, em 1945, deu início a um período de expansão e crescimento econômico vigoroso, comumente identificado como a “era de ouro” do capitalismo. Os principais países do Ocidente, sob a orientação de políticas macroeconômicas influenciadas mais ou menos fortemente pelas idéias de John Maynard Keynes, experimentaram grande desenvolvimento econômico e social. No entanto, a partir do início da década de 1970 este equilíbrio foi quebrado. Foram ficando cada vez mais evidentes a crise do sistema e seus principais aspectos: decréscimo do incremento econômico; pressão inflacionária; dificuldades de controlar o déficit público etc. O Welfare State construído ao longo dos últimos vinte e poucos anos dava sinais de fraqueza. Acrescente-se que na mesma década já era possível se diagnosticar o colapso do modelo soviético. A porta estava aberta para o ingresso intempestivo de um novo discurso ideológico: o neoliberalismo.

### **O avanço conservador dos anos 1980 e 1990: o começo da “era do fim”**

Como bem observa Giovanni Arrighi (1989), tanto os movimentos revolucionários como os reformistas e ainda os de libertação nacional haviam logrado a conquista do poder em vários países, após o segundo pós-guerra. No entanto, para todos esses movimentos a tomada de poder era apenas um meio para a consecução de outros objetivos: a superação do capitalismo por uma alternativa socialista (para os dois primeiros tipos); a superação do colonialismo (para os últimos). Tais objetivos constituíam a grande força simbólica desses agentes, a qual catalisava as massas e lhes impregnava com o espírito da mobilização. Houve, é verdade, a eclosão dos assim chamados “novos movimentos sociais” ou “nova esquerda”, cuja emergência era a materialização da frustração para com os antigos sujeitos anti-hegemônicos. Não obstante, como assinala Wallerstein (2003), os novos atores, embora tenham galgado considerável impacto social e logrado conquistas, jamais alcançaram uma “centralidade dramática”, que havia sido característica da velha esquerda no imediato pós-guerra. Assim:

Quanto ao aspecto da luta de classes mundial, o enfraquecimento dos movimentos anti-sistêmicos (tanto dos velhos quanto dos novos) permitiu que as forças da ordem mundial lançassem uma contra-ofensiva de alguma considerável magnitude. Esta contra-ofensiva tomou a forma, antes de mais nada, da chegada ao poder dos regimes neoliberais (de fato, furiosamente conservadores) na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (Thatcher e Reagan); do chamado Consenso de Washington, que enterrou o ideal de desenvolvimento e o substituiu pelo ideal da “globalização”; do vigoroso crescimento do papel e da atividade do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial e da recém-chegada OMC (Organização Mundial

do Comércio) – todos eles buscando tolher a capacidade dos Estados das zonas periféricas de interferir no livre fluxo de produtos e sobretudo de capital (Wallerstein, 2003, p. 18 - Grifos do autor).

O neoliberalismo se caracteriza como ideologia dominante das décadas de 80 e 90, do século passado. Hegemonia que apenas se ressalta e ganha tons ainda mais arrogantes, quando da derrocada do que se chamou “socialismo real”, ou “bloco soviético”.

É importante afirmar o sentido e o entendimento que temos da noção de hegemonia. A hegemonia pressupõe uma concepção do espaço social como algo aberto, onde práticas articulatórias desdobram-se em um terreno antagonístico. Do contrário, imaginando-se um contexto no qual todos os sentidos estivessem absolutamente fixados, não haveria condições para práticas articulatórias:

Em um sistema fechado de identidades relacionais, no qual o significado de cada momento é absolutamente fixado, não há qualquer espaço para prática hegemônica. Um sistema de diferenças plenamente bem sucedido, que excluisse qualquer significante flutuante, não tornaria possível qualquer articulação; o princípio de repetição dominaria toda prática dentro deste sistema e não haveria nada a hegemônizar. É porque a hegemonia supõe o caráter incompleto e aberto do social, que ela só possa tomar lugar em um campo dominado por práticas articulatórias (Laclau e Mouffe, 1985, p. 134).

Nesse sentido, uma prática hegemônica pugna por tornar-se um horizonte dominante de orientação e ação social, através da instituição de pontos nodais – os quais são fixações parciais de sentido. Sob uma outra óptica, é um discurso ou conjunto de discursos que logram ganhar foros de verdade, se universalizam. Em *Sobre los nombres de Dios*, Laclau assim propõe: “Eu compreendo ‘hegemonia’ como uma relação pela qual conteúdos particulares assumem, em um certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (Laclau, 2002, p. 122).

Desta forma, o conceito de hegemonia ganha sua validade na análise de situações que sejam palco de desarticulações e rearticulações visando à instituição e manutenção de liderança política:

Portanto, **o conceito de hegemonia refere-se** não apenas a uma posição privilegiada de um Estado-Nação dentro de um grupo de Estados-Nações; mas, mais geralmente, **à construção de uma formação discursiva predominante**. Por exemplo, o neoliberalismo pode ser visto como discurso hegemônico ao ter alcançado até certo ponto redefinir os termos do debate político e estabelecer uma nova agenda. Repetidos ataques ao centralismo e burocratização do ‘nanny state’, celebração da família e do empreendimento individual, e a concepção do mercado como um

mecanismo diretor privilegiado tanto do setor público como do privado – todos estes são momentos importantes no discurso neoliberal, cuja predominância tem forçado as forças de oposição a reconsiderar sua concepção da relação ideal entre estado, economia e sociedade civil (Torfing, 1999, p. 101-102).

É evidente que tal concepção se apóia numa aproximação discursiva da realidade social. Como construção significativa operada em um contexto fundamentalmente antagonístico, a “sociedade” é uma obra sempre inacabada, transitória, instável. Na disputa pela “definição do que é a realidade”, os diversos grupos sociais buscam significar os *significantes vazios* à sua imagem e semelhança, ou em proximidade com seus interesses. Significantes vazios são termos precípuos para a definição de realidade, cujo sentido, por não estar nunca absolutamente fixado, é matéria de permanente litígio. Um discurso implica uma significação determinada, parcial, dos referidos termos, assim como sua vinculação a outros, a qual forma uma *cadeia de equivalência*, numa totalidade significativa. Essa totalidade de sentido não é construída apenas ao nível lingüístico. Abrange práticas concretas, perpetradas na dimensão material.<sup>1</sup>

Segundo Perry Anderson (1995), as origens do neoliberalismo remontam ao final da II Guerra Mundial. Já em 1947, sob o incentivo de Friedrich Hayek, reuniu-se na Suíça um grupo de intelectuais (Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi, entre outros) dispostos a lutar contra o Estado intervencionista:

Aí se fundou a sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (Anderson, 1995, p. 10).

Durante as duas décadas seguintes, as idéias de Hayek e seu grupo não lograram muito reconhecimento. Os anos 1950 e 1960 caracterizaram-se por grande crescimento econômico sob a batuta do Welfare State. No entanto, a partir dos anos 1970, como já dissemos, com a chegada da crise do modelo econômico planejador e intervencionista, as idéias neoliberais ganham espaço para avançar. Já no final da década, com a eleição de Thatcher em 1979, surgia a primeira oportunidade de implementar o programa neoliberal em país capitalista central. Logo após vieram Regan, 1980, nos EUA, Helmut Kohl, 1982, Alemanha etc. Mas, comentando a hegemonia neoliberal em suas diversas manifestações, Anderson aponta algo importante:

---

<sup>1</sup> Para uma discussão mais profunda sobre uma aproximação discursiva e os conceitos de equivalência, diferença e significantes vazios, ver: Laclau (1989 e 1990).

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tanto desestatizadas como queria. **Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativa para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas** (Anderson, 1995, p. 23 – ênfase acrescentada).

Portanto, o maior êxito do neoliberalismo é ideológico; convencer que, gostando ou não, não há nada além do capitalismo globalizante\*.

Laclau e Mouffe também sublinham o caráter hegemônico do neoliberalismo:

Assim a reação conservadora tem um caráter claramente hegemônico. Ela pretende uma profunda transformação dos termos do discurso político e a criação de uma nova ‘definição de realidade’, que sob a capa da defesa da ‘liberdade individual’ legitimaria desigualdades e restauraria as relações hierárquicas que as lutas das décadas precedentes destruíram (Laclau e Mouffe, 1989, p. 176).

Os autores chamam a atenção ao que está no cerne do discurso neoliberal: uma restrição da noção de liberdade e, por extensão, de democracia. Segundo Laclau e Mouffe, o liberalismo experimentou, durante os séculos XIX e XX, um longo processo de ‘democratização’ por intermédio de múltiplas lutas. De uma concepção tradicional de liberdade sustentada por Locke, passando por um alargamento em J. S. Mill, até um aprofundamento no discurso social democrata. Isto é, o liberalismo conhece uma trajetória contínua de alargamento do escopo dos direitos democráticos e da noção de liberdade. Às reivindicações iniciais de garantia dos direitos políticos e civis agregam-se as demandas e conquistas dos direitos sociais. “E então, que pobreza, falta de educação, e grandes disparidades nas condições de vida são hoje consideradas ofensas contra a liberdade. É essa transformação que o neoliberalismo deseja questionar” (Ibid, p. 172).

Isto é, a ofensiva conservadora almeja uma restrição no sentido de

---

\* Zizek sobre esse ponto disse: “Parece mais fácil pensar o ‘fim do mundo’ que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo fosse o ‘real’ que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global...” (ZIZEK, 1996, p. 7).

democracia e de liberdade. Historicamente, tal restrição representa uma inflexão regressiva, um solapamento da idéia de justiça social.<sup>2</sup>

Numa teoria discursiva, o ideológico não concerne mais a uma questão de falsa representação, mas sim ao desconhecimento e/ou não-afirmação do caráter contingente e precário de toda positividade: o ideológico consiste em formas discursivas que concebem a sociedade como se instituindo a si mesma sobre a pretensão do fechamento, da fixação de sentido. Isto representa duas coisas. A primeira é que é característico da ideologia naturalizar as relações sociais, ocultar suas origens, velar a violência exclusivista de sua consolidação. Assim, intenta “explicar” a estrutura social não como uma arquitetura temporal, fruto das lutas prático-significativas conjunturais, mas como uma essência, um arranjo necessário, inescapável, causado por tais e quais injunções inelutáveis. Tal característica, sob o influxo hegemônico neoliberal, ganhou tons curiosos: havíamos chegado ao “fim das ideologias” e ao “fim da história”! Restaria um espaço social indistinto, absolutamente consensual, sem antagonismo, a repetição eterna de um mesmo sempre... A segunda diz respeito à conclusão lógica que se chega sobre o dever de um empreendimento crítico da ideologia: desvelar o caráter contingente de cada formação discursiva, insinuar sua historicidade e vislumbrar no momento presente seus contrapesos, sua negação. Portanto, é dever da crítica ideológica desnaturalizar e desessencializar a “realidade social”.

### **A “teoria” da exclusão social: um discurso reativo**

É importante que reflitamos sobre qual o contexto de surgimento da “teoria” da exclusão. Quais são seus horizontes de reflexão? Como se mostrava a correlação de forças entre os grupos sociais no momento de seu aparecimento? Que “verdades” eram vividas? A “teoria” da exclusão ganha força, sobretudo no Brasil, a partir da década de 1990, quando se faz sentir de modo mais intenso a avalanche neoliberal. Quais as marcas deixadas pelo contexto em sua tessitura? É por intermédio dessas questões que devemos seguir.

Devemos assinalar que estamos tratando aqui de autores que enxergaram

---

<sup>2</sup> É oportuno lembrar que um autor liberal como F. Hayek, ao defender uma ordem social liberal como “ordem espontânea”, retira todo sentido de uma noção como “distribuição justa de renda”. Uma “ordem espontânea” não possui objetivos comuns. Sendo assim, por exemplo, o Estado não tem legitimidade de intervir na economia a fim de obter uma distribuição justa das riquezas. Por quê? Porque, dessa forma, ele estaria reconhecendo a redução da desigualdade social como objetivo comum de todo o grupo! (Cf. Hayek, 1981).

a exclusão social como um fenômeno, em verdade um novo fenômeno. Exclusão social, enquanto conceito, vinha preencher uma lacuna teórica aberta pela nova conjuntura. Dentro da temática da questão social, já não era mais apropriado falar de pobreza para designar certas situações nem de desigualdade. Ambas as noções implicam a existência de uma sociedade dividida hierarquicamente, mas não cindida. O novo fenômeno que se verifica, acredita-se, é que o espaço social está agora clivado entre os “de dentro” e os de “fora”, incluídos e excluídos.

Em linhas gerais, podemos estabelecer que a “teoria” da exclusão delinea o seguinte cenário: a globalização liberal veio para ficar, com sua desregulamentação financeira e do mundo do trabalho; se somarmos a isso a flexibilização da produção, as terceirizações e a intensiva mecanização, o resultado é a diminuição evolutiva dos postos de trabalho e sua precarização. Ou seja, incremento do desemprego, subemprego e aqueles que, porventura, conseguissem permanecer empregados, teriam uma deterioração de sua condição e de seus salários.<sup>3</sup> Estaríamos diante de uma época em que parcela da população não seria mais assimilável pelo sistema, restando desnecessária, um excesso. No léxico deste discurso, tal parcela seria desnecessária economicamente, incômoda socialmente (um estorvo no espaço urbano, aspecto desagradável da paisagem, o qual tem de ser banido ou escondido, como aconteceu no evento Eco92) e perigosa politicamente.

Esses fatores fazem com que se abata sobre “os excluídos” um desejo de extermínio, de eliminação.

Não obstante constituir-se em um discurso crítico e pretender-se uma denúncia das injustiças e desequilíbrios da globalização levada a toque sob a égide neoliberal, a ‘teoria’ da exclusão aceita os prognósticos dos arautos da onisciência do Mercado – sumo regulador das relações sociais para velhos e novos liberais – assim como tenta combatê-lo em terreno minado: a esfera econômica compreendida como momento auto-referente, incondicionado e acima das injunções políticas. Sobre esse ponto, são muito perspicazes as palavras de Edgardo Lander:

Nos debates políticos e em diversos campos das ciências sociais têm sido notórias as dificuldades para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente tem sido formulada pelo neoliberalismo. Estas dificuldades se devem, em uma importante medida, ao fato de que o neoliberalismo é debatido e confrontado como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é,

---

<sup>3</sup> A “teoria” da exclusão está exposta nos trabalhos de Cristóvam Buarque (1993), Elimar Nascimento (1994, a, b, c), Luciano Oliveira (1995, 1996 e 1997, a e b), e Mariângela B. Wanderley (1999).

como uma extraordinária síntese dos supostos básicos da sociedade liberal moderna no tocante ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à **boa vida**. As alternativas às propostas neoliberais e ao modelo de vida que representam não podem ser buscadas em outros modelos ou teorias no campo da economia, já que a economia mesma como disciplina científica assume, no fundamental, a cosmovisão liberal (Lander, 2000, p. 11 - Grifos do autor).

Os excluídos podem ser assimilados ao *Lumpemproletariat* – lembremos que estes são ainda mais desgraçados que o proletariado, pois *sequer são explorados*. No entanto, observemos: dentro do discurso marxista clássico, o advento do comunismo previa uma polarização crescente em duas classes (burguesia e proletariado – únicas que representavam possibilidades concretas de regimes sociais), assim como uma pauperização, cuja dimensão final chegaria a níveis insustentáveis. A pauperização, o aumento da miserabilidade seria então um momento necessário, uma etapa por vencer na consecução do *telos* da história. Mas agora, quando não se acredita mais que “o desenvolvimento normal” do capitalismo nos levará à terra prometida nem que em seu próprio bojo – como uma metamorfose necessária em um organismo transformando-o de larva em borboleta – traga a redenção dos miseráveis, facilmente surge a questão: o que acontecerá a esses indivíduos ausentes da produção? O discurso da exclusão não poupa fôlego em denunciar, lamentando: o sistema atual, muito cruel, não lhes reserva lugar; estão condenados ao sofrimento e à resignação!

Prova incontestável dos prováveis desdobramentos políticos do discurso da exclusão social é a entrevista de um ex-presidente de República, na qual o mesmo adverte que não é mais possível incluir a todos. Talvez a nós brasileiros, especificamente, essa entrevista deva chamar ainda mais a atenção e incitar à reflexão, já que o chefe de Estado aludido é Fernando Henrique Cardoso.

No dia 13 de outubro de 1996, Fernando Henrique Cardoso concedeu uma longa entrevista à Folha de São Paulo, publicada no caderno “Mais!”. Em uma de suas respostas, onde discorre sobre a condição e o papel da esquerda atualmente, afirma:

Pode-se dizer que não há um modo alternativo do modo de produzir. A esquerda clássica pensava isso: sem mudança no modo de produzir não vai haver mudança do bem-estar. Hoje, sem mudança do modo de produzir, está se buscando um aumento do bem-estar. Não se encontrou outro modo de produzir que fosse capaz de produzir mais bem-estar. A falência do socialismo real levou à constatação de que tentar alterar o modo de produzir não resolve o problema (Mais!, 13/10/96, p. 5).

Em seguida, definindo de quem é, ou para quem é esse ‘modo de produzir’, e qual é sua lógica de funcionamento, pondera:

**Ele incorpora massas ao consumo. E, nesse sentido, ele é socialmente progressista – progressivo, progressista, como queira. Não é das classes médias burocráticas, nem das classes médias que ficaram desligadas desses dois processos – a modernização produtiva e da universalização dos bens sociais. Não é dos corporativos, não é do setor burocrático anterior.** Mas também não vou dizer que seja dos excluídos porque não tem condição de ser. Aspiraria a poder incorporar mais, mas não posso dizer que seja... não nego que, provavelmente, na dinâmica atual, não há força para incorporar todo mundo (Mais!, 13/10/96, p. 6 – grifo nosso).

Para os autores da exclusão, provavelmente, a justificativa-explicação dada por Fernando Henrique Cardoso para não combater a “exclusão” em toda sua extensão tem fundamento científico!

É importantíssimo destacar que não desejamos ignorar a importância da instância econômica; apenas pontuar que a mesma não se caracteriza como um momento extradiscursivo sobredeterminante. Se a economia fosse um fundamento último e determinante, ela teria de ser definida fora de qualquer prática articulatória, fora de qualquer relação social concreta; estaríamos confrontados com o reino da necessidade, com uma identidade plenamente presente a si. O que está em questão, portanto, não é a maior ou menor importância do “econômico” frente a outras instâncias, mas a “dispersão mesma do objeto ‘economia’ em um conjunto de elementos cuja unidade deve ser constituída e não pressuposta” (Laclau, 1985, p. 32).

A ambigüidade do discurso da exclusão radica, portanto, em sua relação tensa e claudicante diante do argumento neoliberal. Faltam-lhe os instrumentos que possibilitariam a ele, discurso da exclusão, indicar que a dinâmica descrita de forma apologética pelo neoliberalismo – a desregulamentação das leis trabalhistas, o recuo da participação do Estado na luta pela diminuição das desigualdades etc. – não é o único caminho histórico a seguir, desde que essa dinâmica não se constitui em um desenvolvimento necessário do “modo de produção” capitalista.

Assim, não acusa, não denuncia o neoliberalismo como articulação *política* hegemônica; como tal, uma opção, uma possibilidade, não um destino inarredável. Podemos mesmo afirmar que a ‘teoria’ da exclusão é um efeito de sobredeterminação da ofensiva neoliberal. E em grande medida é daí que advém sua capitulação a um pessimismo sombrio, a uma sensação de “beco sem saída”, e o seu caráter meramente reativo.

Há, ainda, um outro ponto a ser esclarecido. As primeiras teorizações sobre a exclusão nasceram na França, visando dar conta da grave crise por que passava o país, iniciada na década de 1970. De certa forma, a Europa voltou a conviver com fatores que julgava haver superado: desemprego, estagnação econômica, crise social. A “nova questão social” (Rosanvallon, 1998) parecia estar levando o terceiro mundo para o centro do sistema.

No entanto, deve-se ter sempre em mente que uma narrativa conceitual, enquanto um discurso concreto, isto é, discurso utilizado pelos agentes sociais, deve ser contextualizado e situado historicamente. Um objeto só adquire sentido quando colocado em um sistema de relações/diferenças, sistema esse que lhe empresta sentido. É a tal sistema que Laclau e Mouffe denominam discurso.

Dessa maneira, cumpre indagar se a transposição pura e simples do conceito da exclusão do contexto francês para o brasileiro é sustentável. A tal respeito consideramos pertinentes as críticas ao conceito de exclusão, realizadas por Armando Boito, embora seu referencial de análise seja amplamente distinto do nosso:

Constitui um erro que tem sido cometido por parte do pensamento crítico brasileiro, sugerir que o neoliberalismo tem provocado danos iguais aos trabalhadores em todas as partes do mundo. Tal avaliação catastrofista e uniformizadora parece provir de uma leitura superficial da bibliografia crítica européia que, preocupada em destacar a deterioração real das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores europeus sob os governos neoliberais, fala genericamente de ‘excluídos’ e da existência ‘de um Terceiro Mundo dentro da Europa’. O estudioso brasileiro tem de contextualizar tal discurso, sob pena de se deixar iludir pelas palavras – ‘excluídos’ na Europa Ocidental não é o mesmo que ‘excluídos’ na América Latina. **O discurso catastrofista e uniformizador sugere, erroneamente, que a deterioração das condições de vida é a mesma em toda parte, chegando, no limite, a sugerir sua inevitabilidade. Ele esconde, sob um tom aparentemente crítico, um pessimismo conservador.** Ora, o Estado de bem-estar, apesar de minado pela política neoliberal, continua existindo na Europa Ocidental e em decorrência, inclusive, da resistência operária e popular ao avanço do neoliberalismo. Além disso, o capitalismo europeu é um dos pólos imperialistas do capitalismo internacional, e, nessa medida, é beneficiário da política neoliberal (Boito, 1999, p. 31 – ênfase acrescentada).

E não são poucos os exemplos em que os teóricos da exclusão sucumbem a um pessimismo de perigosas configurações políticas. Vejamos o exemplo de dois autores que abraçam o conceito de exclusão. A exclusão:

Não é apenas um fenômeno que atinge os países pobres. Ao contrário, **ela sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial**, seja pelas restrições impostas **pelas transformações do mundo do trabalho**, seja por **situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas** que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida (Wanderley *apud* Sawaia, 1999 - ênfase acrescentada).

No campo internacional, a passagem do predomínio do termo pobreza para o termo exclusão significou, em grande parte, **o fim da ilusão de que as**

**desigualdades sociais eram temporárias...** A exclusão emerge (...) como um sinal de que as tendências do **desenvolvimento econômico** se converteram. Agora – e significativamente – no momento em que o neoliberalismo se torna vitorioso por toda parte, **as desigualdades aumentam e parecem permanecer**” (Nascimento, 1995, p. 24 – ênfase acrescentada).

Nas duas passagens tomadas como exemplo evidencia-se o caráter determinado e fatalista do discurso (a exclusão é o *destino* da maioria e o *fim da ilusão* de que as desigualdades podem ser mitigadas). Assim como os fatores arrolados como causa dessa determinação (*transformações do mundo do trabalho, modelos e estruturas econômicas, conversão do modelo econômico*) – são todas causas econômicas. Diante de tais flagrantes, necessário se faz questionar até que ponto a noção de exclusão não recai para um reducionismo determinista econômico. Valendo ressaltar também que o reducionismo econômico, no caso da presente discussão, leva facilmente ao pessimismo imobilizador, pois como afirma Souza Martins “Se concedemos a precedência à economia numa discussão assim, temos de aceitar a lógica da economia à qual imputamos a responsabilidade da chamada **exclusão**” (Souza Martins, 1997, p. 12). E o círculo se fecha sobre nós.

Nosso argumento opera no sentido de sublinhar que qualquer fuga para o reducionismo e conseqüente afastamento da contingência tem desdobramento político perigoso: um futuro que já está dado, de forma inelutável, tende a gerar conformismo, ou desespero.

### **O “fim” do absolutismo liberal ou se a história não acabou, um outro mundo é possível**

Eis o nosso argumento: o otimismo fatalista que impregnava o discurso contestatório clássico é substituído por um fatalismo pessimista. Ora, é claro que o qualificativo “pessimista” ou “otimista” não deve e não pode encerrar a totalidade da análise social. Isto é, não se pode sustentar um discurso meramente pelo seu otimismo nem tampouco rechaçar outro por seu pessimismo. Mas, também é verdade, e não de pouca importância, que o fatalismo pessimista é incompatível com uma “teoria crítica”.

Uma teoria crítica da realidade implica um conteúdo transcendente. Transcendência não significa laivos nefelibatas nem apelos ao sobrenatural, obviamente. Representa que faz parte de seus objetivos e de seu escopo um “para além” dos fatos e do contexto. É preciso esmiuçar o presente com o olhar disposto a capturar nele possibilidades virtuais de futuros – futuros alternativos. É mister desvendar no presente seus “momentos de negatividade” concretos. Quais deles são tendências possíveis, embora ainda não atualizadas? Quais são as

forças sociais atuais que podem pôr cunhas no arranjo hegemônico que nos confronta? Esse mais além da positividade está implícito ou explícito na obra de vários autores contestadores. Desde Rousseau (1993) – com sua descrição da vida do homem da natureza como algo perfeito, e da qual ele retira o modelo que fundamenta sua crítica da degenerescência de sua época –, passando pelos autores ligados à Escola de Frankfurt e por Gramsci (com sua famosa assertiva “pessimismo da razão, otimismo da vontade”), encontramos uma não submissão crítica aos fatos.

As teorias são expressões discursivas importantes na construção político-discursiva da realidade. Podemos compará-las a lentes que conformam nosso olhar: nos fazem ver as coisas de certo modo, explicando-as, tornando-as insuportáveis ou justificando-as. Com a “teoria” da exclusão o máximo a que chegamos é implorar, um tanto desesperadamente, pela *inclusão* dos desvalidos. Sustentamos que o discurso da exclusão constitui-se num sintoma da crise que se abateu no pensamento de esquerda no final do século passado. Para muitos, deu-se com tal crise um reconhecimento da inutilidade de pensar novos horizontes históricos. Sem a perspectiva de transformações sociais mais profundas e radicais, subjugados ao peso da furiosa hegemonia neoliberal, restou a reivindicação de paliativos, retoques no panorama contemporâneo.

De mais a mais, a sociedade civil, os movimentos sociais, as forças políticas contestatórias não permaneceram imóveis, inertes. A dureza do cotidiano, a luta contínua e difícil pela sobrevivência empurra as pessoas para reivindicações de melhores condições de vida e as alimenta de esperança num futuro mais digno e mais tranquilo. Pudemos perceber essa esperança se manifestar em vários momentos eleitorais recentes da América Latina: Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela etc.

Mas os rastros deixados pela esperança contestatória não se restringem aos embates eleitorais. São já concretos os sinais da formação de redes internacionais, naquilo que pode ser qualificado de uma proto-sociedade civil mundial. A visibilidade e a força simbólica de um evento como o Fórum Social Mundial, assim como de instituições como Greenpeace e de atos como os realizados em Gênova e Seattle – contra a globalização liberal, o desemprego e a miséria de grandes contingentes populacionais – são exemplos da falência do modelo e da ideologia neoliberal.

Devemos ter em mente que tais mobilizações, reunindo pessoas e organizações de várias nacionalidades, a despeito de recentes, já vão a lograr alguns avanços:

Em fevereiro de 1998, ao mesmo tempo que a OCDE oficializa a proposta do AMI, é lançada uma campanha coordenada contra o acordo. Em abril, é realizada, como atividade da Aliança Social Continental, a Cúpula dos Povos das Américas,

paralela à II Cúpula Presidencial das Américas. Nesse mês também temos os protestos por ocasião da reunião da OCDE em Paris que decide impulsionar a aprovação do AMI. Em seguida, durante o II Encontro Anual do G-7, em Birmingham, na Inglaterra, temos uma manifestação de 70 mil pessoas, puxada pelo jubileu 2000, pela anulação da dívida dos países pobres (...). **Depois, no segundo semestre, são realizados protestos em diversos países contra o AMI, até que a OCDE decide, em outubro, suspender as negociações sobre o acordo**” (Leite, 2003, p. 40 – ênfase acrescentada).

Essa articulação que envolve uma diversidade grande de atores também é chamada de “movimento global”. É produto e consequência da perda de fôlego neoliberal. Em termos de debate político e resultados concretos, conseguiram enterrar as negociações do AMI, pressionar vários governos a não cooperarem com a política externa belicista da gestão de George W. Bush, sobretudo em sua campanha ilegítima e criminoso no Iraque, colocar na pauta dos principais países do sistema, ao menos em nível retórico, o problema da fome no mundo e conseguir a adesão de importantes líderes mundiais à campanha pelo perdão das dívidas dos países mais pobres.

Enfim, para além de proceder a um resumo de conquistas, queremos chamar a atenção para as características novas presentes nesse novo “movimento global”, sua força e sua radicalidade. Indicar a necessidade de teorizar sobre suas possibilidades, as estratégias viáveis e suas inovações. Tentativas de dialogar com o novo contexto já estão sendo feitas, é claro. É necessário ampliá-las. São reflexões como as de J. Holloway, Antonio Negri e M. Hardt e Ernesto Laclau/Chantal Mouffe que, independente das críticas que podemos fazer a elas e de suas prováveis insuficiências, nos servem de baliza, na medida em que não se furtam a pensar de modo crítico e transcendente, a nossa sociedade atual.

## Referências

- ANDERSON, Perry. (1995). “Balanço do Neoliberalismo”, in: *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs). São Paulo: Paz e Terra.
- BUARQUE, Cristóvam. (1993). *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1999). *A Segunda Abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- BURITY, J. (1997). “Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau”, in: Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de (org). *Política e contemporaneidade no Brasil*. Recife: Bagaço.
- \_\_\_\_\_. (1994). “Transbordamento do Social e Hegemonia: Qual o Jogo da Democracia?”, in: Santos, Raimundo, Cunha, Reinaldo & Costa, Luiz Flávio C., (orgs). *Contemporaneidade de e Política*. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro e Instituto Astrogildo Pereira.
- BURSZTYN, Marcel. (1997). *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan.
- \_\_\_\_\_. (2000). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DEJOURS, Christophe. (1999). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- DE PAULA JR. Josias Vicente. (2002). *Exclusão Social: uma crítica a partir do pós-estruturalismo*. (Dissertação de Mestrado defendida no PPGS/UFPE).
- DUPAS, Gilberto. (1999). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- HAYEK, F. A. (1981). “Os princípios de uma ordem social liberal”, in: Anthony de Crespigny e Jeremy Cronin (orgs). *Ideologias políticas*. Brasília: Editora da UnB.
- HOLLOWAY, John. (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo.
- LACLAU, Ernesto. (1992). “A Política e Os Limites da Modernidade”, in: Holanda, Heloísa B. de (org.) *Pós-modernismo e política*. São Paulo: Rocco.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- LACLAU, Ernesto. (2002). Sobre los nombres de Dios, in: *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- \_\_\_\_\_. e MOUFFE, Chantal. (1989). *Hegemony and Socialist Strategy: Toward a Radical Democratic Politics*. London: Verso.
- LANDER, Edgardo. (2000). “Ciencias Sociales: saberes coloniales y eurocéntricos”, In: *La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- LEITE, José Corrêa. (2003). *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Perseu Abramo.
- MARCUSE, Herbert. (1973). *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar.

- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (1994a) “A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares?”, in: Diniz, E.; Lopes, J. S. e Prandi, R., (orgs). *O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90*. São Paulo: HUCITEC, 1994. (a)
- \_\_\_\_\_. (1994b). “Exclusão: a nova questão social”, in: *Proposta*, n. 61, maio.
- \_\_\_\_\_. (1994c). “Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários”, in: *Cadernos CRH*. Salvador, n. 21, p. 29-47, jul./dez.
- \_\_\_\_\_. O fenômeno da exclusão social no Brasil. (Mimeo).
- OLIVEIRA, José Luciano Góis de. (1997a). “Exclusão Social: questões conceituais e doutrinárias”, in: *O social em questão*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, v.2. n. 2, p. 17-30.
- \_\_\_\_\_. (1997b). “Os excluídos ‘existem’? Notas sobre a elaboração de um novo conceito”. *RBCS*, 33, p. 49-61.
- \_\_\_\_\_. (1996). “Neo-miséria e neo-nazismo: uma revisita à crítica à razão dualista”. *Política Hoje*, n. 4 e 5, jul/95 a jun/96, p. 100-122.
- ROSANVALLON, Pierre. (1998). *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- ROUSSEAU, J.-J. (1993). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes.
- SAWAIA, Bader (Org.). (1999) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- SINGER, Paul. (1998). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, p. 59-83.
- SOUZA MARTINS, José de. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- TORFING, Jacob. (1999). *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford: Blackwell Publishers.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. (1999). “Refletindo sobre a noção de exclusão”, in: Sawaia, Bader (org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2003). “Geopolítica, Política de classe e Desordem mundial”, in: Theotônio do Santos (org). *Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola.
- ZIZEK, Slavoj. (1996). “O Espectro da ideologia”. in: Slavoj Zizek (org). *Mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

**RESUMO**

*Discursos Libertários: entre a “inclusão” e “um novo mundo possível”*

O artigo empreende uma exposição panorâmica da dinâmica nas relações de hegemonia, ocorrida ao longo das últimas décadas, entre os discursos críticos do sistema capitalista (revolucionário e reformista) e os discursos que lhe apóiam, com destaque para o neoliberalismo. Sustenta que houve uma guinada conservadora, dada à partir da década de 70, cujo impacto na reflexão radical se fez sentir de modo evidente. Tem-se como núcleo de análise desse referido impacto, a emergência das “teorias da exclusão social”, a nosso ver uma expressão da capitulação do pensamento de esquerda. A “exclusão social” constituía-se em mero discurso reativo, defensivo, o qual abandonava as clássicas pretensões radicais de transformação do modelo capitalista, em favor da reivindicação de “inclusão”. Por fim, busca-se detectar na atualidade o refluxo neoliberal e a volta da busca por “um outro mundo possível”.

**Palavras-chaves:** neoliberalismo; discurso libertários; exclusão social; pensamento radical; transformação social

**ABSTRACT**

*Emancipatory discourses: between “social inclusion” and “a new possible world”*

This article undertakes a review of the dynamic of hegemonic relations during recent decades between discourses critical of the capitalist system (revolutionary and reformist) and discourses favouring neoliberalism. It is argued that there has occurred, since the 1970s, a conservative turn whose impact is evident on radical thought. The emergence of “theories of social exclusion”, an analytic example of this impact, represents in our view is an expression of the retreat of radical left thinking. “Social exclusion” constitutes merely a reactive and defensive discourse in which the classical radical intention of transformation of the capitalist model is abandoned in favour of demands for “social inclusion”. Finally, indications are sought for a contemporary retreat of neoliberalism and the return of the search for “a new possible world”.

**Keywords:** Neoliberalism; emancipatory discourses; social exclusion; radical thought; social transformation

---

*Recebido para apreciação: abril de 2005*

*Aprovado para publicação: julho de 2005*